

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**  
**Área Temática: Negociações Internacionais**  
**Período de Análise: janeiro de 2011.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico Biodiesel Br  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro  
Carta Capital  
Agroanalysis  
Biodiesel Br

## Índice

<b>Tensão comercial entre Brasil e EUA cresce na OMC -Assis Moreira - Valor Econômico - Brasil - 14/01/2011 .....</b>	<b>3</b>
<b>Brasil pode ir à OMC por artifícios no câmbio de países - JULIANA ROCHA - Folha de São Paulo - Mercado - 20/01/2011 .....</b>	<b>4</b>
<b>Alta dos preços agrícolas opõe UE ao Brasil no G-20 - Jamil Chade - Estado de São Paulo - Economia - 21/01/2011 .....</b>	<b>5</b>
<b>Proposta francesa de estoque global é combatida no G-20 - Jamil Chade - Estado de São Paulo - Economia - 22/01/2011.....</b>	<b>6</b>
<b>Preços agrícolas no G-20 - Estado de São Paulo - Notas e Informações - 23/01/2011.....</b>	<b>8</b>
<b>Preços agrícolas no G-20 - Estado de São Paulo - Notas e Informações - 23/01/2011.....</b>	<b>9</b>
<b>O G20 e as propostas de regulação de commodities - Paulo Picchetti - Folha de São Paulo - Mercado - 29/01/2011 .....</b>	<b>10</b>
<b>China e Doha, dois aniversários - Estado de São Paulo - Notas e Informações - 31/01/2011.....</b>	<b>11</b>

## **Tensão comercial entre Brasil e EUA cresce na OMC -Assis Moreira - Valor Econômico – Brasil – 14/01/2011**

Os Estados Unidos e o Brasil protagonizaram ontem um duro confronto sobre barreiras à importação e manipulação cambial, ilustrando questões de competitividade e crescente tensão no comércio internacional. O embaixador americano na Organização Mundial do Comércio (OMC), Michael Punke, acusou o Brasil de ter “tomado diversas medidas ao longo das duas últimas semanas para aumentar as tarifas”, que representariam uma espécie de “stick in the eyes” (um incômodo) para os parceiros comerciais.

Em entrevista coletiva em Genebra, o representante americano insistiu que a ação brasileira “cria um ambiente mais difícil para as negociações de Doha, que são obviamente focados no objetivo de reduzir as tarifas”. Para Washington, o que o Brasil faz tem “potencial de ser prejudicial às negociações”. A resposta brasileira não tardou, com o embaixador brasileiro na OMC, Roberto Azevedo, retrucando na área cambial. “Com a desvalorização do dólar, os EUA são os grandes beneficiados na venda de bens industriais para o Brasil. Reclamar que o Brasil está subindo tarifa não pode ser sério”, reagiu.

Desde 2008, quando a Rodada Doha foi suspensa, e em seguida à desvalorização do dólar, o Brasil aumentou as tarifas de importação de alguns produtos, como têxteis e agora brinquedos, nos limites autorizados pela OMC. “O problema em parte é a subvalorização do dólar em relação ao real, que prejudica fortemente a competitividade do produto brasileiro”, afirmou Azevedo. “O produto americano se beneficia muito mais da subvalorização do dólar do que o produto brasileiro da proteção tarifária adicional que foi estabelecida.” Para o Brasil, a defesa adicional que aplicou “é minúscula comparada ao estrago trazido pela depreciação forçada do dólar”. O embaixador lembra que um dos maiores superávits comerciais que os EUA conseguem é com o Brasil, com força na venda de produtos industriais. “As importações brasileiras aumentaram e beneficiaram principalmente os EUA. Eles têm fatia de 15% das importações brasileiras, mas que dobra para 32% no caso do nosso déficit no comércio de bens industriais”, acrescentou.

Para a professora Vera Thorstensen, diretora do Centro do Comércio Global e do Investimento, da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, o Brasil tem todo o direito de aumentar as tarifas, como outros países estão fazendo.

“Elevar a tarifa para o teto consolidado na OMC é o único espaço político que nos resta contra a concorrência desleal praticada pelos EUA, China e países asiáticos, com as suas desvalorizações cambiais”, afirmou. “É o único instrumento que está sendo usado corretamente para neutralizar o efeito do dólar americano fraco, e também da moeda chinesa e todas as moedas asiáticas.” Os EUA cobram mais concessões dos emergentes e acenam reagir abrindo mais seu mercado para a conclusão da Rodada Doha. Mas Vera Thorstensen estima que fechar a rodada sem resolver o problema do câmbio é como um “cego que não quer ver” que a realidade mudou.

“A China e os EUA estão inundando o mercado com desvalorização forçada. Política cambial no comércio é subsídio disfarçado à exportação e proteção adicional ao produto interno. Os países negociaram dez anos na OMC com base em simulações de fluxos comerciais de 1992 a 1995, que hoje são inúteis diante de taxas persistentes de desvalorizações no longo prazo. Não tem como fechar uma rodada ignorando as distorções do câmbio.” Para a professora, portanto, é fundamental que a OMC internalize o efeito do câmbio na negociação global porque moeda desvalorizada torna as concessões e os instrumentos negociados ineficazes.

Até agora, porém, nenhum país foi incisivo nessa questão. O chamado G-7 comercial (EUA, União Europeia, Brasil, Índia, China, Japão e Austrália) poderá ter uma reunião ministerial em Davos, no fim do mês, à margem do Fórum Mundial de Economia.

A União Europeia queria fazer o encontro em Bruxelas, mas avalia a possibilidade de Davos para viabilizar a participação do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, que logo depois terá de retornar ao país para acompanhar a presidente Dilma Rousseff na viagem para a Argentina.

### **Brasil pode ir à OMC por artifícios no câmbio de países – JULIANA ROCHA – Folha de São Paulo – Mercado – 20/01/2011**

Governo abre consulta sobre punição a Estados que mantêm moeda desvalorizada

DE BRASÍLIA O Brasil pretende pedir na OMC (Organização Mundial do Comércio) sanções contra países que mantêm a taxa de câmbio desvalorizada artificialmente.

O governo brasileiro abriu uma consulta legal para saber se as regras comerciais permitem punição contra as economias que manipulam o valor da sua moeda, o que as torna mais competitivas no comércio internacional.

Segundo o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Carlos Márcio Cozende, o Brasil estuda que tipo de punição pode ser aplicado. "A desvalorização artificial do câmbio pode ser considerada um subsídio. Mas não tem precedentes [de punições aplicadas] na OMC", afirmou o novo secretário, ex-diretor do Departamento Econômico do Itamaraty.

Cozende lembrou que o artigo 15 do Gatt (sigla para Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio) menciona a relação entre o câmbio e os subsídios, mas não há regra explícita. Por isso, o Brasil ainda estuda do ponto de vista legal se pode fazer uma reclamação.

O secretário evitou citar se o Brasil terá um alvo específico se fizer o pedido de punição. É conhecido que a China mantém a moeda desvalorizada. Mas os EUA também podem ser acusados de manipular o câmbio, depois de o governo injetar US\$ 600 bilhões na economia, o que forçou mais a queda do dólar.

#### **POSIÇÃO MAIS DURA**

Na discussão da "guerra cambial", o Brasil tem adotado uma posição mais forte contra os Estados Unidos por ter aumentado a quantidade de dólares em

circulação no mundo. Apesar disso, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, também criticou a China por gerar distorções no comércio internacional.

Cozendey disse que o Brasil vai defender a legitimidade das medidas adotadas internamente para conter a valorização do real.

A moeda brasileira é uma das mais caras do mundo, o que tira competitividade dos exportadores. O Brasil já aumentou três vezes o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) para evitar entrada de capital especulativo.

### **Alta dos preços agrícolas opõe UE ao Brasil no G-20 – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia – 21/01/2011**

O aumento nos preços agrícolas deixa Brasil e Europa em lados opostos e já provoca uma polêmica dentro do G-20 (grupo dos 20 países mais desenvolvidos do mundo). Dados divulgados ontem indicam que a alta levou o Brasil a bater recordes sucessivos nas exportações.

Segundo os números da Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil voltou a apresentar a maior expansão nas exportações entre as 70 maiores economias do mundo nos últimos três meses de 2010. Pelos dados da OMC, as exportações brasileiras cresceram 31% em outubro, 40% em novembro e 45% em dezembro. Na China, as exportações tiveram alta de 23% em outubro, 35% em novembro e 18% em dezembro.

Os dados brasileiros são mais de duas vezes superiores à média mundial. Em outubro, a alta das exportações no mundo havia atingido apenas 15%, ante 18% em novembro.

Grande parte da explicação para a expansão brasileira está nos preços internacionais das commodities agrícolas. Entre novembro de 2009 e dezembro de 2010, a alta superou a marca de 35%, superior ao crescimento do preço de energia.

Para a França, que neste ano preside o G-20, está na hora de tratar de uma estabilização dos preços agrícolas a todo custo. A União Europeia vive uma crise profunda e alguns países nem saíram da recessão. Mas, mesmo assim, a renda obtida pelo Brasil com as exportações agrícolas para o mercado europeu surpreendeu até os diplomatas brasileiros em Bruxelas.

Preços. No caso do açúcar, as vendas nacionais ao mercado europeu triplicaram em valor entre 2009 e 2010, atingindo US\$ 514 milhões. As exportações de milho para a Europa cresceram seis vezes, passando de US\$ 50 milhões em 2009 para US\$ 319 milhões em 2010.

As vendas de soja para a Europa também deram um salto, passando de US\$ 1,4 bilhão em 2009 para US\$ 2,3 bilhões no

**Destaque**

45% foi a alta das exportações brasileiras para a União Europeia em dezembro do ano passado. No mesmo mês, as exportações chinesas apresentaram um crescimento de apenas 18% ano passado. O mesmo ocorreu com o café, com uma alta de 40%, atingindo US\$ 2,8 bilhões.

Em praticamente todos os casos, o volume exportado não aumentou tão

significativamente como o valor, sinal de que são os preços dos produtos que inflaram a balança exportadora.

De acordo com técnicos do setor, foi exatamente a alta nos preços das commodities que permitiu que a balança comercial com os europeus se mantivesse positiva para o Brasil. Em 2010, com o real valorizado, a Europa obteve ganhos importantes nas vendas ao mercado nacional. A balança com os europeus fechou em US\$ 4 bilhões a favor do Brasil em 2010, depois de um saldo positivo de US\$ 4,9 bilhões em 2009.

Alerta. Na Europa, a avaliação é de preocupação. Em seu relatório mensal publicado ontem, o Banco Central Europeu (BCE) afirma que a alta nos preços está provocando uma “incerteza significativa” sobre a capacidade de garantia do abastecimento no longo prazo.

O BCE também diz que a inflação poderia ser mais um obstáculo para a recuperação da economia europeia. Para o BCE, é “essencial” monitorar essa situação, lembrando que os preços do trigo aumentaram em 91% em 12 meses. “A pressão sobre os preços de alimentos continuará diante da demanda global robusta”, afirmou o BCE.

Especulação financeira, crescimento da demanda nos países emergentes e safras abaixo do previsto são os fatores que teriam provocado a alta nos valores. A posição de preocupação da Europa deve acabar se traduzindo em um plano de ação por parte do presidente da França, Nicolas Sarkozy, que promete colocar o assunto na agenda do G-20 este ano. Durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos na semana que vem, Sarkozy promete defender medidas para controlar a especulação em torno das commodities. “Este deve ser o ano para tomarmos decisões para regular a especulação”, afirmou o ministro francês de Agricultura, Bruno Le Maire. Sua meta é ambiciosa: quer organizar uma regulação mundial no capítulo de commodities agrícolas para garantir o fim da volatilidade dos Preços

Para a FAO, pressão sobre os preços vai continuar A FAO prevê que a pressão inflacionária no preço de alimentos vai continuar em 2011. Segundo a entidade, os preços mundiais já atingiram um pico em dezembro, superando o momento mais crítico da crise de alimentos em 2007 e 2008.

Se especulação, biocombustíveis e aumento da demanda são motivos da alta dos preços, a FAO destaca que as safras em algumas partes do mundo também contribuem para a crise. Uma colheita de cana abaixo do esperado no Brasil e enchentes na Austrália podem explicar o maior preço do açúcar em 20 anos.

O impacto do fenômeno La Niña na Argentina também teria afetado a soja e milho. Já a seca nos EUA e o fogo na Rússia afetaram a produção de trigo./ J.C

**Proposta francesa de estoque global é combatida no G-20 – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia – 22/01/2011**

O Brasil e os Estados Unidos bloqueiam a proposta da França de usar o G-20 para regular os preços de produtos agrícolas e criar um estoque mundial de alimentos. Ontem, em Berlim, o G-20 reuniu pela primeira vez os negociadores agrícolas do

bloco. Mas a proposta do presidente francês Nicolas Sarkozy foi duramente atacada e Paris foi acusado de manipular a crise alimentar para defender seus interesses protecionistas.

Apesar de atacar a ideia, o Brasil aceitou a proposta de ajudar países pobres a refazerem seus estoques e de estabelecer regras para frear a especulação no comércio de commodities, reivindicações também de Paris.

A França preside o G-20 neste ano e colocou a questão do preço de alimentos e a volatilidade dos mercados como uma das prioridades. Mas, no encontro entre negociadores agrícolas, ontem, ficou evidente o mal-estar causado pela proposta, mostrando os limites de cooperação do G-20.

Alegando necessidade de controlar a volatilidade dos preços de alimentos, Sarkozy insiste num maior controle sobre a especulação no setor agrícola e, acima de tudo, na criação de uma espécie de estoque mundial de alimentos. Na diplomacia brasileira, a ideia é conhecida como “Conab Mundial” e é vista como uma tentativa perigosa de intervir nos mercados globais, exatamente quando a renda para as exportações brasileiras atinge uma alta recorde.

Mais distorção. Para o governo brasileiro, o debate é “legítimo”. Mas não há como estabelecer um controle mundial sobre preços de alimentos, como quer a França. Ontem, o Itamaraty deixou claro que a intervenção criaria ainda mais distorção no mercado agrícola e abriria portas para que países ricos usassem as novas regras para favorecer seus produtores.

Conforme o Estado revelou ontem, foi a alta nos preços de commodities que evitou que a balança comercial brasileira com a Europa se tornasse negativa. A renda com a exportação de açúcar e milho para a UE, por exemplo, aumentou entre três e seis vezes em apenas um ano.

O Brasil, porém, não pode rejeitar o debate, sob o risco de ver sua posição como líder dos países em desenvolvimento ser questionada pelos aliados. Muitos desses aliados são importadores de alimentos e enfrentam protestos. Em 2010, a alta no preço de commodities fez suas contas atingirem pontos críticos.

O Itamaraty, consciente da sensibilidade do assunto, disse ontem que está disposto a negociar no G-20 uma solução para os países mais pobres enfrentarem a crise. Isso incluiria a criação de incentivos para formação de estoques nesses países e até a venda de produtos a preços mais baixos. A estimativa é de que, se essas medidas forem aplicadas, a distorção não será substancial.

Na avaliação do Brasil, há ainda espaço no G-20 para um acordo que limite a especulação no mercado financeiro com as commodities. Mas essa é uma fraqueza apenas da Europa. Tanto o Brasil como os Estados Unidos já têm em suas bolsas mecanismos de controle contra a especulação em produtos agrícolas.

Um estoque mundial e um controle de preços, na avaliação do Brasil, congelaria a expansão da produção nacional. Hoje, o País já o terceiro maior exportador agrícola, superado apenas pela UE e pelos Estados Unidos.

O governo dos Estados Unidos também liderou o ataque, deixando claro que não é a regulação dos estoques que solucionará a volatilidade. Sarkozy chegou a levar a ideia de regulação ao presidente Barack Obama, mas não recebeu seu aval.

O governo americano deu total apoio à recusa brasileira na reunião do G-20 e defendeu a formação de estoques como atribuição de cada governo, em decisões soberanas. O Itamaraty agora espera que a França desista de seus planos ou pelo menos reduza suas ambições. O teste ocorrerá na próxima semana em Paris, na primeira reunião entre negociadores-chefes de cada país.

## **Preços agrícolas no G-20 – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 23/01/2011**

O governo brasileiro deverá rejeitar qualquer proposta europeia de regulação dos mercados agrícolas. A alta dos preços dos alimentos garantiu ao Brasil um superávit comercial de US\$ 20,2 bilhões no ano passado, apesar do desemprego no mundo rico e da valorização excessiva do real.

Na Europa, no entanto, renasce o temor da inflação, embora a economia continue estagnada na maior parte do continente. As altas cotações dos produtos básicos – agrícolas e minerais – já se refletem no custo de vida.

Há sinais de perigo no front dos preços, advertiu o Banco Central Europeu (BCE). O presidente da França, Nicolas Sarkozy, já anunciou a intenção de pôr o assunto em debate no Grupo dos 20 (G-20), formado pelas maiores economias desenvolvidas e em desenvolvimento. Uma das saídas, segundo o governo francês, seria a criação de estoques internacionais para regulação de preços. Os estoques seriam administrados pela FAO.

A França preside este ano o G-20 e isso aumenta sua influência na elaboração da pauta, já recheada de assuntos importantes, como a reformulação do sistema financeiro e a coordenação de políticas de reativação econômica.

A questão mais complicada até agora, o desajuste cambial, se tornou mais desafiante como confronto das políticas da China e dos EUA. O problema do câmbio é crucial para a maior parte do mundo e tem especial interesse para o Brasil, por causa da sobrevalorização do real. Mas o governo francês ainda ameaça pôr sobre a mesa um assunto perigoso para os países produtores de matérias-primas.

O interesse europeu no controle de preços das commodities é facilmente compreensível, pelo menos neste momento. O BCE apontou o problema das cotações, especialmente dos alimentos, e o risco representado pela inflação em alta, mas não aumentou os juros. Se o fizesse agora, poderia interromper a recuperação ainda muito fraca na maior parte da zona do euro. O aperto poderia ser razoável para a Alemanha, a

economia mais dinâmica da região, mas seria desastroso para os demais países.

Os preços dos alimentos, segundo as projeções, devem continuar em alta neste ano e, possivelmente, nos anos seguintes, se os juros continuarem muito baixos e a especulação financeira com as commodities for mantida. Além disso, a demanda chinesa deverá permanecer muito forte, mesmo com alguma redução do crescimento econômico.

Nessas condições, a criação de um mecanismo de regulação de preços poderia atender às necessidades européias nos próximos anos. Além do mais, a formação de estoques poderia servir – isto é parte da justificativa oficial – para atenuar os problemas dos países muito pobres e dependentes da importação de comida. Esse é o caso, principalmente, dos países menos desenvolvidos da África.

Na prática, o Brasil e outros produtores agrícolas pagariam a conta de dois problemas: a crise econômica européia, criada pelos europeus, e a insegurança alimentar dos países mais pobres, causada em grande parte pela instabilidade política.

A



ONU já ampliou o socorro a esses países desde que houve um grande aumento de preços, logo antes da crise internacional. A longo prazo, não tem sentido manter essas economias na dependência da ajuda externa e de uma duvidosa política de estabilização de preços. Políticas desse tipo tendem a prejudicar e a desestimular a produção e são injustas em relação aos países exportadores. Como observou uma autoridade brasileira,ninguém fala sobre regulação quando as cotações estão baixas. Depois, é preciso reconhecer um dado histórico: as velhas metrópoles são responsáveis por boa parte da instabilidade política e da pobreza dos países africanos.Além disso, as distorções causadas no mercado internacional pela política agrícola europeia dificultaram o desenvolvimento da agricultura na África.

O Brasil tentou ajudar esses países com transferência de tecnologia, mas falta fazer muito mais. Essa é uma tarefa para a comunidade internacional. Os programas do Banco Mundial deram pouco resultado. É preciso continuar tentando.

#### **Preços agrícolas no G-20 – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 23/01/2011**

O governo brasileiro deverá rejeitar qualquer proposta europeia de regulação dos mercados agrícolas. A alta dos preços dos alimentos garantiu ao Brasil um superávit comercial de US\$ 20,2 bilhões no ano passado, apesar do desemprego no mundo rico e da valorização excessiva do real. Na Europa, no entanto, renasce o temor da inflação, embora a economia continue estagnada na maior parte do continente. As altas cotações dos produtos básicos – agrícolas e minerais – já se refletem no custo de vida. Há sinais de perigo no front dos preços, advertiu o Banco Central Europeu (BCE). O presidente da França, Nicolas Sarkozy, já anunciou a intenção de pôr o assunto em debate no Grupo dos 20 (G-20), formado pelas maiores economias desenvolvidas e em desenvolvimento. Uma das saídas, segundo o governo francês, seria a criação de estoques internacionais para regulação de preços. Os estoques seriam administrados pela FAO.

A França preside este ano o G-20 e isso aumenta sua influência na elaboração da pauta, já recheada de assuntos importantes, como a reformulação do sistema financeiro e a coordenação de políticas de reativação econômica. A questão mais complicada até agora, o desajuste cambial, se tornou mais desafiante com o confronto das políticas da China e dos EUA. O problema do câmbio é crucial para a maior parte do mundo e tem especial interesse para o Brasil, por causa da sobrevalorização do real. Mas o governo francês ainda ameaça pôr sobre a mesa um assunto perigoso para os países produtores de matérias-primas.

O interesse europeu no controle de preços das commodities é facilmente compreensível, pelo menos neste momento. O BCE apontou o problema das cotações, especialmente dos alimentos, e o risco representado pela inflação em alta, mas não aumentou os juros. Se o fizesse agora, poderia interromper a recuperação ainda muito fraca na maior parte da zona do euro. O aperto poderia

A regulação do mercado internacional de alimentos não interessa à economia brasileira ser razoável para a Alemanha, a economia mais dinâmica da região, mas seria desastroso para os demais países.

Os preços dos alimentos, segundo as projeções, devem continuar em alta neste

ano e, possivelmente, nos anos seguintes, se os juros continuarem muito baixos e a especulação financeira com as commodities for mantida. Além disso, a demanda chinesa deverá permanecer muito forte, mesmo com alguma redução do crescimento econômico.

Nessas condições, a criação de um mecanismo de regulação de preços poderia atender às necessidades europeias nos próximos anos. Além do mais, a formação de estoques poderia servir – isto é parte da justificação oficial – para atenuar os problemas dos países muito pobres e dependentes da importação de comida. Esse é o caso, principalmente, dos países menos desenvolvidos da África.

Na prática, o Brasil e outros produtores agrícolas pagariam a conta de dois problemas: a crise econômica europeia, criada pelos europeus, e a insegurança alimentar dos países mais pobres, causada em grande parte pela instabilidade política. A ONU já ampliou o socorro a esses países desde que houve um grande aumento de preços, logo antes da crise internacional. A longo prazo, não tem sentido manter essas economias na dependência da ajuda externa e de uma duvidosa política de estabilização de preços.

Políticas desse tipo tendem a prejudicar e a desestimular a produção e são injustas em relação aos países exportadores. Como observou uma autoridade brasileira, ninguém fala sobre regulação quando as cotações estão baixas. Depois, é preciso reconhecer um dado histórico: as velhas metrópoles são responsáveis por boa parte da instabilidade política e da pobreza dos países africanos. Além disso, as distorções causadas no mercado internacional pela política agrícola europeia dificultaram o desenvolvimento da agricultura na África.

O Brasil tentou ajudar esses países com transferência de tecnologia, mas falta fazer muito mais. Essa é uma tarefa para a comunidade internacional. Os programas do Banco Mundial deram pouco resultado. É preciso continuar tentando.

**O G20 e as propostas de regulação de commodities** – Paulo Picchetti – Folha de São Paulo – Mercado – 29/01/2011

ESPECIAL PARA A FOLHA

No centro da preocupação com a ameaça da inflação sobre a recuperação da economia mundial está a forte alta de preço das commodities em geral nos últimos meses.

O debate sobre as causas dessa elevação aponta, de um lado, para quedas de produtividade de algumas commodities importantes (como trigo e algodão) em um momento de demanda global crescente e estoques reduzidos, colocando os fundamentos de mercado como responsáveis pela elevação dos preços.

De outro lado, existem suspeitas com relação ao papel dos instrumentos financeiros ligados a essas commodities.

Eles possibilitariam um nível crescente de especulação por parte de investidores não ligados diretamente aos seus processos produtivos, o que teria um impacto significativo sobre os preços.

### **DEBATES**

Essa discussão já vem ocorrendo em alguns fóruns, como a Comissão para Transações de Futuros de Commodities (CFTC, na sigla em inglês) dos EUA, sem resultados conclusivos do ponto de vista de política até agora.

Em dezembro último, essa comissão havia postergado a decisão sobre a limitação do número de contratos futuros de 28 commodities.

Essa limitação foi aprovada em uma primeira fase agora em janeiro, mas sua aprovação efetiva ainda depende de uma segunda votação, na qual o resultado não parece minimamente assegurado.

Do ponto de vista prático, a decisão continua adiada e enfrenta forte oposição política.

Do outro lado do oceano, o presidente francês, Nicolas Sarkozy, que atualmente acumula a presidência do G20, defende a imposição de limites às operações financeiras com commodities, como prioridade de sua agenda no encontro de Davos.

Entretanto, essa posição não é consensual dentro da própria Comunidade Europeia.

O rascunho de um documento disponibilizado nos últimos dias pela Comissão da Comunidade Europeia ("Lidando com os desafios dos mercados de commodities e matérias-primas") argumenta haver "pouca evidência de que o processo de formação de preços nos mercado de commodities mudou nos últimos anos em função da importância crescente dos mercados de derivativos".

O tom final do documento é, na verdade, bem ponderado. Ele cita alguns estudos internacionais recentes sobre o assunto, mas reconhece a dificuldade de estabelecer conclusivamente a evidência sobre o papel da especulação no aumento dos preços das commodities.

O risco é grande para os dois lados: permitir que a especulação impeça a recuperação plena da economia mundial ou impedir o acesso de produtores e agentes de mercado aos benefícios de um mercado financeiro bem estruturado.

Análises adicionais explorando todas as informações quantitativas existentes sobre a relação entre preços de commodities e o papel relativo dos fundamentos de mercado versus movimentos financeiros são muito bem-vindas.

---

**PAULO PICCHETTI**, 48, doutor em economia pela Universidade de Illinois, é professor da EESP/FGV (Fundação Getulio Vargas) e coordenador do IPC-S/Ibre/FGV).

trilhão em 2009 e superávit de US\$ 200 bilhões, completa dez anos de acesso à OMC sob forte pressão para reformar sua estratégia de crescimento. O país teve dez anos para se ajustar plenamente às normas internacionais e, de modo geral, tem respeitado os compromissos, segundo o diretor-geral da instituição, Pascal Lamy. “Como ocorre com outros membros, há momentos de hesitação, de dúvida. Ninguém tem a cara completamente limpa na OMC”, acrescentou. A avaliação de Lamy pode ser correta em linhas gerais, mas a China continua sendo, sob vários aspectos, um caso muito especial e desafiador para a maioria de seus parceiros.

Não por acaso, o secretário do Tesouro americano, Timothy Geithner, propõe como prioridade para o G-20, formado pelas maiores economias desenvolvidas e emergentes, a discussão do desequilíbrio comercial entre China e EUA. A questão é proposta em termos mais diplomáticos e gerais, mas de fato o assunto é esse mesmo e interessa a todo o mundo. A questão mais complicada continua sendo a política chinesa de câmbio, um velho pesadelo para os demais participantes do comércio internacional.

As autoridades chinesas mantêm o yuan subvalorizado há muitos anos, e há muitos anos são pressionadas para deixar a moeda flutuar. Prometeram em 2005 adotar uma política mais flexível, mas o resultado foi irrisório. Em 2008, a crise econômica precipitou a depreciação do dólar, mas a relação entre a moeda americana e a chinesa pouco mudou. Pequim simplesmente atrelou o yuan à moeda dos EUA e as duas passaram a se mover em conjunto.

Para o Brasil e muitos outros países foi um duplo desastre. Seus industriais passaram a sofrer as consequências da depreciação simultânea do dólar, usado na maior parte das transações, e do yuan.

O descompasso entre o consumo brasileiro e a demanda

O ingresso da China na OMC, junto com a conclusão da Rodada Doha, teria sido melhor geral nas economias desenvolvidas teria sido suficiente para derrubar o superávit comercial brasileiro. Mas a deterioração da balança comercial do País teria sido bem menor, se não tivesse ocorrido o desajuste no valor das principais moedas. O problema ainda se agravou com a grande emissão de moeda pelo Fed, para estimular a reativação da economia.

A economia chinesa continua sujeita ao comando do Estado e a formação de preços, apesar da adoção de práticas capitalistas, continua longe de ser transparente. Também isto é um problema para os países concorrentes, mas o mais preocupante é o câmbio. Outros aspectos da economia chinesa têm mudado, mas não há perspectiva de alteração importante na administração do valor internacional da moeda, apesar das medidas tomadas contra a inflação.

Entre 2000 e 2008 as exportações chinesas cresceram de US\$ 249,2 bilhões para US\$ 1,43 trilhão. Em 2009, recuaram para US\$ 1,202 trilhão, por causa da crise nos principais compradores dos produtos da China. As importações também cresceram, embora em ritmo mais lento, de US\$ 225,1 bilhões em 2000 para US\$ 1,13 trilhão em 2008, com pequeno recuo no ano seguinte. Apesar de todos os problemas e dos muitos e justificados protestos de seus parceiros, a China contribuiu poderosamente para a expansão do comércio global. Mas o resultado poderia ter sido bem melhor para todos, se as negociações globais de comércio tivessem sido concluídas.

O acesso da China à OMC foi anunciado e celebrado oficialmente em 2001. Ao mesmo tempo foi lançada com muita fanfarra, como convinha, a Rodada Doha, a mais ampla e mais ambiciosa tentativa de liberalização comercial conhecida na história. O comércio cresceu nos anos seguintes e a China teve uma participação importante nesse crescimento, mas a rodada emperrou e com isso enormes

oportunidades de criação de riqueza e de aumento de bem-estar foram perdidas. Os problemas criados pela atual desordem cambial, embora consideráveis, são provavelmente menos danosos para a economia mundial do que o impasse na grande negociação.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**  
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Cláudia Job Schmitt

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**op  
pa** **Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



NEAD

Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

